



COMUNICAÇÃO FEMINISTA PARA ALÉM DAS MARGENS



IV SICCAL

[GT4 – METODOLOGIAS DE PESQUISA PARTICIPATIVAS E PESQUISA EM MOVIMENTOS SOCIAIS]

Marina Martins Cipolla

Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Comunicação e Cultura (CELACC USP)

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo analisa a atuação do coletivo “Nós, mulheres da periferia” por meio da comunicação, com o objetivo de discutir sobre a efetividade do espaço virtual para a periferia, considerando que a internet é utilizada como um veículo integrante desse grupo de mulheres. Para isso, o texto traz um breve histórico do movimento feminista no Brasil com viés de classe e raça, analisa a periferia como determinante nesse contexto e mostra como o espaço virtual pode ajudar a fortalecer suas pautas.

Palavras-chave: Feminismo. Periferia. Comunicação. Movimentos sociais.

This article analyzes the communication procedure of the “Nós, mulheres da periferia” collective, aiming to discuss the effectiveness of virtual space for the outskirts, considering that the internet is used as an integrant vehicle of thi group of women. The text brings a brief history of the feminist movement in Brazil using the class and race concept, analyzes the outskirts as determinant in this context and shows how the virtual space can help to strengthen its guidelines.

Keywords: Feminism. Periphery. Communication. social movements.

Este artículo analiza las acciones del grupo “Nós, mulheres da periferia” a través de la comunicación, con el fin de discutir la eficacia del espacio virtual a la periferia, mientras que el Internet se utiliza como un vehículo integral de este grupo de mujeres. El texto proporciona una breve historia del movimiento feminista en Brasil por clase y raza concepto, el análisis de la periferia como un factor determinante en este contexto y muestra cómo el espacio virtual puede ayudar a fortalecer sus agendas.

Palabras clave: Feminismo. Periferia. Comunicación. Movimientos sociales.

Introdução

A internet transformou o modo como lidamos com a informação. Hoje as notícias se espalham rapidamente e chegam com com menos dificuldade aos moradores da periferia, que antes, por questões econômicas, tinham menos facilidade para se informar sobre as notícias que corriam nos grandes centros.

A comunicação transformou seu *modus operandi* com as ferramentas online e isso tem beneficiado aqueles que sempre ficaram as margens das informações. Hoje a periferia traz os assuntos do centro para o seu próprio núcleo e leva suas pautas para conhecimento dos que ignoram sua presença na cidade.

Este artigo analisa a atuação do Coletivo “Nós, mulheres da periferia” por meio da comunicação para entender as estratégias de resistência feminista e a relação territorial a partir do conceito de periferia com o objetivo de discutir sobre a efetividade do espaço virtual para a periferia considerando que a internet é utilizada como um veículo integrante do coletivo.

Para isso, o texto traz um breve histórico do movimento feminista no Brasil com um viés de classe e raça, analisa a periferia como determinante no contexto do coletivo e mostra como o meio virtual pode ajudar a fortalecer as lutas do coletivo, abordando suas facetas positivas e negativas.

O coletivo “Nós, mulheres da periferia” é formado por comunicadoras que abordam temas caros para as mulheres periféricas, como: invisibilidade e direitos

não atendidos. Por conta desse recorte feito pelo coletivo, o conceito de feminismo interseccional é inserido nesse contexto mostrando quais são as diferenças enfrentadas pelas mulheres da periferia.

Para entender os mecanismos de trabalho do coletivo foi feito um recorte histórico, discussão da prática versus teoria e as estratégias metodológicas foram divididas em dois momentos: análise do discurso, composta pela análise das mídias digitais do coletivo e do documentário e em um segundo momento foi feita uma entrevista semiestruturada.

É fato que os veículos de comunicação hegemônica costumam estereotipar e deturpar as periferias e o olhar dos moradores sobre os fatos. Por isso a análise de coletivos como o “Nós, mulheres da periferia” é importante para o debate que queremos travar: mostrar o outro lado, a potência das pessoas que vivem em determinado contexto sócio territorial.

Breve panorama do movimento feminista no Brasil

Um dos objetivos do feminismo é construir uma sociedade sem hierarquia de gênero, ou seja, sem opressões nem privilégios por pertencer a determinado sexo. No Brasil, Heleieth Saffioti analisou a condição da mulher com uma perspectiva materialista, pensando em opressão de gênero, raça e classe. Deixando claro que a mulher pode ser explorada até triplamente pelo capital.

Assim, é fácil pagar salários menores a um negro e uma mulher. Mais fácil ainda será pagar salários ínfimos a uma mulher negra. Mal remunerada, essa mulher passará de duplamente discriminada para triplamente discriminada: Mulher, negra e miserável. (Saffioti, 1987, p. 55)

O feminismo recorreu, durante partes de sua história, ao erro de identificar a mulher como única: branca e de classe média, a burguesa. Enquanto mulheres negras eram exploradas por sua cor e por sua classe, sempre escanteadas a servidão. Negar essas diferentes experiências do “ser mulher” seria negligenciar as múltiplas opressões geradas pelo trio: gênero, raça e classe.

Os primórdios do feminismo no Brasil datam do século XIX. Nessa época as mulheres burguesas lutavam pelo direito ao voto e ao direito de trabalharem sem a permissão do marido, os principais nomes eram os de Nísia Floresta e Berta Lutz.

Alguns momentos históricos são determinantes para o avanço da luta das mulheres: as greves de 1917 e em 1922 o surgimento do Partido Comunista do Brasil e a Semana de Arte Moderna em São Paulo. As mulheres negras não participaram desses processos por sofrerem as consequências do racismo. Para Sueli Carneiro (2003), acadêmica e um dos principais nomes do feminismo negro no Brasil:

Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravos nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e

trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. (Carneiro, 2003, p. 1)

O pós-guerra foi muito importante para o movimento feminista, foi durante esse período que a filósofa Simone de Beauvoir escreveu em 1949 “O segundo sexo” obra pioneira nos estudos de gênero e referência até hoje para todas as feministas, acadêmicas ou não. Nos anos 60 e 70, o feminismo explodiu nos EUA e Europa por conta da contracultura e dos movimentos de vanguarda, nesse momento as mulheres não queriam apenas direitos iguais, queriam mudar as suas relações sociais com os homens, sair do privado para o espaço público.

No Brasil infelizmente o cenário era diferente, o período da ditadura militar não permitia que as mulheres lutassem por seus direitos. Muitas foram para a clandestinidade, como Amelinha Teles, militante do PCB que foi presa política e hoje luta pela justiça e memória de suas companheiras e companheiros mortos no período, além de ser diretora da União de Mulheres, organização criada em 81 para defender os direitos femininos.

Com a chegada da década de 80 e a redemocratização do Brasil surgiram grupos feministas temáticos (Pinto, 2004) com espaços para mulheres negras, lésbicas e mães, por exemplo e também houve espaço para o surgimento do feminismo acadêmico e foi apenas a partir dessa década que o feminismo negro começou a ganhar força por aqui com o II Encontro Feminista Latino-americano, que aconteceu no litoral paulista em 1985, onde surgiu uma primeira organização das mulheres negras que lutavam por suas demandas específicas. Em seguida despontam os primeiros Coletivos de Mulheres

Negras e Encontros Estaduais e Nacionais de Mulheres Negras. Desde então nomes como os de Sueli Carneiro, Lélia González (1983), entre outras, abrem caminho para a representação negra feminina no Brasil.

Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Consequentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele é que habitualmente nós vínhamos colocando em textos anteriores. E a mudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar a questão da mulher negra numa outra perspectiva. (González, 1983, p.2)

Nesse excerto, Lélia nos mostra que as questões de raça fazem ainda mais sentido engendradas as questões de gênero brasileiras. Nós temos um passado escravocrata que foi completamente negligenciado e que deixa suas marcas até hoje. Por isso o feminismo negro é tão necessário e urgente para as abordagens que faremos nos próximos tópicos.

Já nos anos 90, para Céli Pinto (2004) é possível perceber certa organização de mulheres das classes populares buscando aumentar o seu poder para agirem na esfera pública e é possível verificar manifestações de mulheres em movimentos sociais, em sindicatos e em partidos políticos. Surge um feminismo mais institucionalizado:

No início de suas atividades, as ONGs feministas brasileiras tinham como meta educação e conscientização das mulheres pobres e trabalhadoras visando seu

empoderamento. Mais tarde passaram a se colocar como intermediárias entre as mulheres e o Estado, propondo e monitorando políticas. As ativistas, na era das ONGs, tornaram-se especialistas na projeção, execução e avaliação de políticas de gênero. (Novellino, 2006, p.9)

Ainda nessa década, o país passou por um período de instabilidade econômica aumentando a desigualdade socioeconômica, para muitos teóricos de gênero, algo que afeta diretamente a vida das mulheres. Para Barbosa (2000), a desigualdade da mulher é uma ação que é marcada no capitalismo pela divisão sexual do trabalho e com a separação dos gêneros sociais.

A partir de 2003 com a vitória presidencial de um partido progressista no Brasil, políticas públicas foram criadas para melhorar as condições de vida da população pobre. Medidas como o Programa Universidade para Todos (Prouni)¹ que oferece bolsas de estudo em instituições privadas a estudantes de baixa renda, que no ano passado atendeu 790.668 jovens mulheres e o Bolsa Família², programa de transferência de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza onde 93% dos titulares que recebem o cartão com o benefícios são mulheres.

Para Rego (2013), que pesquisou o impacto do programa na vida das

1 Segundo o site do Prouni consultado em janeiro de 2017. Disponível em: http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Representacoes_graficas/bolsistas_por_sexo.pdf

2 Segundo site da Caixa Econômica Federal consultado em 25/01/2017. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia>

beneficiárias, a experiência do Bolsa Família, que fornece um rendimento regular para a grande maioria das mulheres, é muito nova para a maior parte delas e isso traz dignidade e liberdade, dando voz a quem nunca foi escutada. Esse tipo de processo pode trazer temas que sempre estiveram na periferia do debate político para o centro. Os direitos básicos, uma vez atendidos, dão espaço para questões políticas, como racismo, machismo e classismo.

Esse artigo pretende analisar a atuação do Coletivo “Nós, mulheres da periferia” por meio da comunicação para entender as estratégias de resistência feminista e a relação territorial a partir do conceito de periferia com o objetivo de discutir sobre a efetividade do espaço virtual para o movimento feminista. Com isso, entender a relação entre o ativismo nas redes e a resistência nas ruas analisando seus aspectos positivos e negativos.

Um olhar interseccional: gênero, raça e classe

O coletivo “Nós, mulheres da periferia” é formado por comunicadoras, todas moradoras de bairros da periferia do município de São Paulo. Essas mulheres tratam de temas caros para as mulheres periféricas como invisibilidade e direitos não atendidos. Elas propõe reduzir o espaço dado a essas mulheres na imprensa e a falta de representatividade, buscando mais protagonismo e visibilidade, com suas próprias vozes.

Por conta desse recorte feito pelo coletivo que fala especificamente de e para

as mulheres periféricas, em sua maioria negras, vamos abordar aqui o conceito de feminismo interseccional, criado por Kimberlee Crenshaw (2002), professora de direito norte-americana que diz que existem diferenças dentro da diferença. Para ela precisamos incorporar as questões de gênero dentro da pauta de direitos humanos com o objetivo de abordar outras camadas de opressão como raça, gênero, etnia, classe, capacidades físicas e mentais.

Segundo Crenshaw, o paradigma da interseccionalidade mostra que lidamos com grupos de pessoas sobrepostas e não grupos distintos e unilaterais, pois um indivíduo dialoga e faz parte de camadas da sociedade, subdivididas em classificações raciais, políticas, territoriais, econômicas e de gênero, portanto, por causa do fluxo da construção da identidade, é necessário observar a questão dos direitos humanos dentro desse complexo quadro cultural e social do mundo contemporâneo.

Nesse contexto, percebe-se que esse conceito propõe ferramentas para a articulação analítica de diálogos com as diversas e distintas desigualdades e diferenças que determinados grupos sociais passam por causa da construção da identidade do seu gênero ou do seu posicionamento social e econômico.

O texto “O quanto somos pretas”³ publicado no blog do coletivo “Nós, mulheres da periferia”, consegue expressar na prática quais são as diferenças enfrentadas pelas mulheres da periferia. No texto, dados

³ Disponível em: <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/quanto-somos-pretas/>

do PNAD de 2011 mostram que o Brasil tem 100 milhões de mulheres, metade delas são negras declaradas pretas ou pardas. Para as autoras do texto além desses números, outro recorte tem de ser levado em consideração: “E desse mundaréu de números, fica a imaginação e a vontade de contabilizar as morenas claras, morenas escuras e moreninhas que ainda firmam o pé no processo de identidade racial”.

Outros números abordados mostram a materialidade das questões de gênero, classe e raça, pois entre as mulheres negras, 39,8% estão em situação de pobreza e as famílias que habitam domicílios urbanos em favelas, 26% são liderados por elas. Essas, em alguns números, são as mulheres da periferia.

Mulher e periferia: o território determina

As mulheres que moram na periferia têm necessidades e questões específicas em relação ao seu território. Esse artigo trata especificamente da periferia de São Paulo, uma cidade urbana com graves problemas de deslocamento e mobilidade, principalmente se falarmos de transporte público. Em 2016, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) lançou uma publicação sobre a mobilidade urbana das mulheres em São Paulo⁴:

⁴ Disponível em: http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/informes_urbanos/

Para avançar na compreensão das desigualdades que decorrem dos distintos padrões de mobilidade urbana na cidade de São Paulo, é fundamental considerar também as diferenças existentes dentro do grupo das mulheres, divididas pela renda familiar. (Specie et al, 2016, p. 4)

Essa pesquisa ajuda a compreender como questões de gênero e classe podem ser observadas na prática. Os dados apresentados, levando em conta a renda das mulheres que moram em São Paulo, indica que são as mulheres pobres que mais andam a pé e utilizam o transporte coletivo. Elas dependem dos veículos públicos para garantirem sua mobilidade diária dentro da cidade.

Fora as questões de mobilidade, podemos abordar nesse tópico a violência e o quanto isso influi no cotidiano das mulheres da periferia. Nas margens da cidade, não existe a proteção do Estado, as políticas públicas não chegam e a justiça e os direitos humanos não são respeitados.

No ano passado o coletivo “Nós, mulheres da periferia” fez uma reportagem especial sobre os dez anos das “Mães de Maio”⁵, sobre a violência sofrida pelas moradoras da periferia que tem seus filhos e filhas mortos por policiais militares.

Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os

⁵ Movimento de mulheres que tiveram seus filhos mortos durante o mês de maio de 2006, onde mais de 500 pessoas morreram, sua maioria como vingança dos agentes de segurança do Estado de São Paulo contra os ataques da facção Primeiro Comando da Capital (PCC). Fonte: Nós, Mulheres da Periferia.

efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática. (González, 1983, p. 9)

São poucos os veículos de comunicação que não estereotipam e deturpam os acontecimentos na periferia e que mostram o olhar dos moradores sobre os fatos. Atualmente na internet é possível ter acesso a conteúdos mais interessantes e que tentam tirar o estigma da periferia que a mídia hegemônica impõe, dando voz a mulheres, como as Mães de Maio que tanto precisam ser ouvidas.

É importante ressaltar a resistência dos moradores das regiões afastadas do centro e por essa característica, surgem ideias e grupos novos como o “Nós, mulheres da periferia”. O movimento dos trabalhadores e dos negros, por exemplo, sempre tiveram suas bases na periferia, lutando para conseguirem seus direitos básicos, políticas públicas de qualidade para os seus. Não podemos reduzir a periferia a um estereótipo, existem muitas periferias, muitos moradores e moradoras, são pessoas diversas e com histórias únicas.

Comunicação feminista e periférica

O espaço virtual surgiu para criar necessidades e assim como a sociedade moderna capitalista, ele é um espaço

masculino que é gerenciado por empresas dirigidas por homens, e os espaços que teoricamente deveriam ser usados para uma comunicação livre e independente, caem na lógica do mercado.

Para Peruzzo (1998), a comunicação popular é uma forma alternativa de comunicação e tem sua origem nos movimentos populares. Não tem necessariamente a ver com canais e mídias, mas como um processo de comunicação que emerge da ação dos grupos populares.

Ao contrário de toda a expectativa de liberdade que se tinha nos primórdios da virtualização, a internet está cada vez mais fechada e dependente de espaços como Facebook e Google, o que impacta a maneira como nossa sociedade consome comunicação. As comunidades virtuais, ao mesmo tempo em que crescem e se organizam, ficam confinadas em suas próprias bolhas e sofrem ação e apropriação do capital.

Os primórdios do ciberfeminismo⁶, datam dos anos 80, após o Manifesto Ciborgue escrito por Donna Haraway. A partir daí, grupos feministas surgiram e na busca para se tornarem donos da ação, criaram seu próprio lugar na internet, os espaços ciberfeministas. Para Haraway, nós somos responsáveis pelo que existe e pelo que podemos criar. Em entrevista para Kunzru, em 2009, ela diz: “Tecnologia não é neutra. Estamos dentro daquilo que fazemos aquilo que fazemos está dentro de nós. Vivemos em um mundo de conexões

⁶ Termo cunhado pelo coletivo de mulheres VSN Matrix, nos anos 90 na Austrália. Disponível em: http://motherboard.vice.com/pt_br/read/nssomo-sabucetadofuturociberfeminismomonosanos90

– e é importante saber que é que é feito e desfeito”.

O ciberfeminismo é a ideia de que a tecnologia pode auxiliar a emancipação feminina, que com essa nova forma de se relacionar e construir identidades pessoais podem alcançar seus objetivos. Para as ciberfeministas as mulheres precisam entender o ciberespaço e utilizá-lo como aliado, de forma política.

Assim como a sociedade, a internet é regida por normas pré-estabelecidas e as mídias conservadoras e tradicionais abordam o feminismo de maneira superficial, parcial e nada subversiva; aproveitam-se para monetizar o movimento. A solução talvez apareça por meio da mídia independente, que cresce bastante nos últimos tempos⁷.

Os movimentos feministas utilizam a internet para divulgar suas teorias e práticas de luta. Existem inúmeros sites, blogs e páginas em redes sociais de conteúdo feminista com espaços para discussão. Por essa ótica o movimento tem na internet uma ferramenta poderosa para combater a sociedade patriarcal e a mídia machista.

Apesar das diferenças econômicas entre a população, as tecnologias são amplamente utilizadas. Segundo o Ibope, em 2011 46,1% das mulheres com 10 anos ou mais de idade acessaram a internet, ou seja, quase metade das brasileiras já tem acesso ao ambiente virtual e 93% delas, também

segundo o Ibope⁸, acessam informações por meio de redes sociais.

Nos últimos anos são nessas plataformas que casos de violência contra a mulher e machismos, em suas diversas formas, são expostos e discutidos por mulheres e homens. Esses espaços criam vínculo e geram debates muito importantes e contribuem para a formação feminista de muitas mulheres, que quando discutem seus problemas, se identificam umas com as outras.

Sobre o coletivo Nós, mulheres da periferia: entrevista e análise

Histórico e primeiros contatos

Meu primeiro contato com o coletivo aconteceu por meio da rede social Facebook, pelo perfil da Semayat de Oliveira, integrante do coletivo “Nós, mulheres da periferia”. Conversamos e depois enviei um e-mail formal para ela me apresentando e explicando qual era o meu projeto. Ela e duas outras integrantes do coletivo me responderam, dizendo que quem participaria da entrevista seria Livia Lima da Silva, integrante da região da Zona Leste. No dia 8 de fevereiro de 2017 a entrevistei na biblioteca Mário de Andrade.

Livia tem 30 anos, é Paulistana e mora em Artur Alvim, no Jardim Nordeste.

⁷ A Agência Pública mapeou entre 2015 e 2016, 79 iniciativas de mídia independente em todo o Brasil. (Disponível em <http://apublica.org/2016/11/o-que-descobrimos-com-o-mapa-do-jornalismo-independente/>)

⁸ Disponível em: <http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/numero-de-usuarios-residenciais-da-internet-cresce-no-brasil/>. Acesso em: 14 dez 2016.

É jornalista, formada pela Faculdade Presbiteriana Mackenzie e mestre em Filosofia pela Escola de Ciências, Artes e Humanidades da Universidade de São Paulo. Ela está no coletivo desde 2013. Quando o coletivo foi criado todas faziam parte do blog mural que hoje é “Agência mural de jornalismo da periferia” que fica hospedado no site da Folha de S.Paulo, cada participante do blog é de uma região.

O texto publicado dia 7 de março de 2013 no jornal Folha de S.Paulo⁹ no caderno “Tendências e debates”, foi precursor do coletivo “Nós, mulheres da periferia” e consegue mostrar exatamente como essas diferenças são dadas na prática. Sobre o texto publicado no veículo, Lívia diz:

Foi um convite feito pra uma das editoras do blog e aí ela chamou umas 4 meninas pra pensar nesse texto, eu não estava nesse grupo, as meninas se reuniram para pensar no que escrever, coletaram algumas informações e decidiram falar sobre suas vivências, elencaram várias coisas, pensaram o que caracterizam a mulher da periferia. (Lívia Lima da Silva, 2017)

O texto, segundo a entrevistada, gerou muita repercussão entre os leitores e entre os jornalistas da Folha de S.Paulo e as mulheres que participavam do Blog Mural se identificaram muito com o que estava escrito nele. Para Lívia, todas as participantes do blog mural acreditam que a mídia aborda a periferia, de uma forma distanciada, pois a maioria das pessoas que

trabalham nos veículos de comunicação hegemônica não são da periferia.

As mulheres do Blog Mural divulgaram na internet que iriam criar um grupo de mulheres separado do blog, anteriormente se reuniram e pensaram em escrever um livro, mas queriam algo com perenidade e optaram pelo site. Lívia disse:

A gente nem era um coletivo, éramos jornalistas que queriam falar sobre ser mulher na periferia. Tem muito lugar que fala de periferia mas nenhum que fala da mulher periférica na mídia e aí a gente viu o potencial de produção de conteúdo e achamos que o melhor local era a internet onde já publicávamos no blog. (Lívia Lima da Silva, 2017)

Em 8 março de 2014, a página do facebook foi lançada e o site só sairia em agosto do mesmo ano. Sete mulheres participam do coletivo, além de Lívia, Jéssica Moreira de Perus, Semayat Oliveira da Cidade Ademar, Bianca Pedrina de Carapicuíba, Mayara Penina moradora de Paraisópolis, Regiany Silva da Cidade Tiradentes e Aline Kátia Melo da Jova Rural, conheci e conversei com algumas dessas mulheres durante debates e apresentações do coletivo que participei durante o início desse ano.

Comunicação: das margens ao centro

A comunicação entre elas é informal, se falam por mensagens no celular, e-mail e facebook durante a semana e uma vez por mês se reúnem. Sobre a divisão de tarefas, Lívia diz “que se dividem de forma orgânica, não tem hierarquia e todas tem poder de decisão, só decidem sobre alguma pauta quando há consenso”. No caso de algumas

⁹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/29772-nos-mulheres-da-periferia.shtml>
Acesso em: 14 fev 2017.

demandas, em que apenas algumas podem ajudar, elas determinam o que fazer. Se precisam de uma mulher negra pra falar em um evento, escolhem uma integrante negra, porque nem todas do grupo são negras, e assim vão alternando as funções.

Suas práticas de comunicação utilizam as ferramentas da internet, o coletivo possui página no facebook e site, as páginas tem o perfil de um portal de notícias. Elas postam reportagens, depoimentos, alguns poucos vídeos, divulgam eventos e relatam os acontecimentos da periferia. Existe uma sessão no site chamada “Nossas vozes” com crônicas e textos de colaboradoras que funciona como uma ferramenta para dar espaço a mulheres que não são do coletivo, mas que são da periferia. O coletivo costuma fazer algumas matérias especiais sobre temas que são mais caros as mulheres periféricas:

A gente tem nossas próprias matérias, às vezes a gente faz nossas séries de texto, uma grande reportagem como no ano passado fizemos com as mães de maio e um especial em que falamos das casas de parto, a gente gosta de fazer isso. Quando inauguramos o site fizemos um especial sobre moradia, fazia sentido inaugurar o site e falar do que é morar na periferia. (Livia Lima da Silva, 2017)

Os algoritmos da internet, que formam as famosas “bolhas”, podem fazer com que o conteúdo não circule tanto. Apesar de quase metade das mulheres brasileiras terem acesso ao ambiente virtual, sabemos muito bem quem são as outras mulheres dessa estatística, as periféricas. Questiono se o coletivo entende que talvez não alcance o seu público alvo, mas

que ao mesmo tempo chama atenção para as desigualdades sofridas pela mulher da periferia, muitas vezes invisíveis aos olhos da população mais abastada.

A gente acha que chega na periferia mas achamos que também chegamos no público em geral, normalmente mulheres que estão na rede, a gente entende que as vezes a gente não chega na nossa vizinha que não está na internet a gente sabe que o facebook é uma bolha e que as mulheres feministas ficam falando com elas mesmas, o que é difícil de furar. (Livia Lima da Silva, 2017)

Para tentar ultrapassar essa barreira, em 2015 o coletivo conseguiu apoio do VAI (Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais) da prefeitura de São Paulo. Elas fizeram uma série de oficinas em algumas associações de mulheres na periferia pra discutir qual a imagem que a mulher periférica tem. O nome do projeto era “Desconstruindo Estereótipos” e aconteceu em seis organizações, duas por região de São Paulo, zona norte, sul e leste:

A gente mostrava algumas cenas de jornais, de novelas, de publicidade, cinema e perguntávamos se elas achavam que tinha a ver com elas e rolava a discussão. Foram associações, escolas, CEUS, asilos para mulheres, jovens... Foi bem variado. (Livia Lima da Silva, 2017)

Na fala da Livia pode-se sugerir que o espaço virtual, na prática, não tem tanto impacto na vida das mulheres que vivem longe dos grandes centros. Para conseguir alcança-las o grupo percebeu que precisava de uma atividade presencial. Nesse momento, os públicos se tornam diferentes.

As mulheres que acessam o site e o Facebook se informam sobre um local que não é o delas, conhecem outras realidades e o objetivo do coletivo também é esse. Mulheres periféricas também acessam o site e o Facebook, principalmente mulheres jovens¹⁰. As integrantes do coletivo acreditam que quando entrevistam uma mulher da periferia já estão entrando em contato com ela, por mais que a leitora do site possa ser uma mulher branca de classe média. O fato de fazer a entrevista com aquela mulher já é um fato relevante, pois na mídia hegemônica a mulher periférica nunca é vista como sujeito de valor, para Livia ela é sempre estereotipada: Na TV ou é vítima da enchente, da chacina ou é vista em programa sensacionalista morta por crime passionai.

Quando a gente vai lá e fala: sua história é importante! Como que foi a sua vida? Qual é o seu dia a dia? Isso já é importante, já valoriza. Chegar nelas desse jeito e ao entrevistar ela a gente já fala do nosso trabalho, divulga o site, fala pra ela ler, ela vai divulgar e também tem esse lado a gente está envolvida com grupos da periferia onde nós divulgamos isso pra outras mulheres da periferia. (Livia Lima da Silva, 2017)

Em 8 março de 2017 o “Nós, mulheres da periferia” lançou um documentário fruto de depoimentos das mulheres que participaram do projeto VAI em que pautam mulheres diversas da periferia, sempre pautando raça e classe: “A gente sempre fala

da questão racial é uma coisa que aparece bastante, nos identificam bastante por isso, a gente tem falado bastante, é uma causa que a gente tem que tratar.”

O documentário foi criado e dirigido pelo coletivo e mostra a história de quatro mulheres que participaram das oficinas do projeto “Desconstruindo Estereótipos” sobre a representação das moradoras das periferias na grande mídia. Elas são apresentadas na seguinte ordem: Dona Carolina, uma mulher com mais de 90 anos, que conta histórias sobre o racismo que sofreu durante toda sua vida, traçando uma linha com o passado. Joana, uma mulher nordestina, negra, que está voltando a estudar. Tarsila, que fala dos problemas que passou em um relacionamento abusivo e sobre a decisão de criar os filhos sozinha e Jéssica, uma jovem mulher com muitos sonhos e que mostra uma confiança e grande auto-estima em relação a seus cabelos crespos e que quer ser cientista.

O nome do documentário foi inspirado em uma das personagens, Dona Carolina, que faleceu em 2016; e também faz menção honrosa à escritora mineira Carolina Maria de Jesus autora do livro “Quarto de Despejo”. Após o lançamento, o filme foi exibido, seguido de debate, em alguns centros culturais da periferia de São Paulo.

Construção de uma identidade coletiva: quem são as mulheres da periferia?

Questiono como o coletivo se enxerga, se vêem que são lideranças e até se consideram que são parte de um movimento social. Livia acredita que a nomenclatura

¹⁰ Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-03/com-internet-feminismo-esta-em-alta-entre-jovens-diz-especialista>. Acesso em 15 mar 2017.

de “coletivo” se deu pelo contexto pois, para ela, nos últimos anos estão surgindo muitos coletivos na periferia “ Inicialmente a gente não se identificava como coletivo pois somos jornalistas, normalmente os coletivos são ligados a cultura, movimento social, o que considero mais complexo.” O coletivo “Nós, mulheres da periferia” acredita que faz parte do movimento social de politização da periferia, educação na periferia, num contexto maior, mas como não tem hierarquia e por lutar por várias causas se veem como coletivo.

Nossos três eixos são gênero, raça e classe e a gente sempre frisa isso. A gente não estudou. Estou lendo Angela Davis agora, a gente não tinha formação nenhuma, não sabia o que era feminismo. Isso nem tinha entrado na pauta quando a gente criou o coletivo. (Livia Lima da Silva, 2017)

A informação de que as mulheres que criaram o coletivo “Nós, mulheres da periferia” não sabiam o que era feminismo despertou algumas questões. Quais são os limites de uma luta social com caráter acadêmico? O feminismo ainda é um termo classista, que remete aos estudos de gênero e que não chega às camadas populares da sociedade. O fato dessas mulheres não saberem o que praticavam, mostram os motivos pelos quais a tríplice: gênero, raça e classe cabem tão bem ao coletivo “Nós, mulheres da periferia”.

Nos primeiros anos foi uma dúvida mesmo, a gente ficava discutindo, como a gente vai fazer? surgiu o nós e todo mundo veio atrás falando do movimento feminista e a gente: não! a gente não é feminista! Todo mundo ficou em crise, a gente não queria no começo. Então a gente vai em manifestação? vai ser

a favor do aborto? e dentro do grupo tinham divergências. A gente não sabia direito o que fazer. Perguntavam pra gente e a gente não sabia responder. (Livia Lima da Silva, 2017)

Livia relatou que o fato de não conseguirem se identificar como feministas gerou uma crise no grupo, até que chegaram a conclusão que pelos assuntos que pautavam era um contrassenso não ser, mas isso gerou outras questões “Daí falamos: somos feministas, todas nós! Mas a questão é: que feminismo? o feminismo é diverso mesmo sendo acadêmico ou periférico, não há consenso.”

Hoje elas também têm que lidar com comentários sobre o tipo que militância que exercem sobre o blog. “Dizem: vocês estão muito mais militantes do que jornalistas! Vocês ainda falam de comunicação?” Sobre isso, Livia rebate “Falar do tema é militância e produzir conteúdo é militância. Comunicação é uma forma de luta.”

Os problemas específicos enfrentados pelas mulheres da periferia, são os problemas do cotidiano. Problemas relacionados a concentração dos empregos nos grandes centros, transporte público precário, poucas creches com horários que não condizem com a rotina de trabalho, saúde pública de má qualidade.

Apesar de muita coisa já ter melhorado, o acesso a educação, a gente ter uma profissão e uma renda melhor do que muita gente, mas ainda não é suficiente se comparar com outros. A gente sofre no mesmo transporte público sucateado junto com as domésticas, as secretárias por isso que “é nós mulheres”, nós por nós, pra nós. (Livia Lima da Silva, 2017)

Lívia faz questão de dizer que não se sente uma representante das mulheres da periferia e que não tem autoridade para representar nenhuma mulher da periferia além dela mesma e diz: “Nós somos um grupo muito específico, somos universitárias, temos essa consciência. A gente pode no máximo dar espaço pra elas falarem, nem temos autoridade pra representar todas.

Considerações finais

“Uma palavra escrita não pode nunca ser apagada. Por mais que o desenho tenha sido feito a lápis e que seja de boa qualidade a borracha, o papel vai sempre guardar o relevo das letras escritas. Não, senhor, ninguém pode apagar as palavras que eu escrevi.”

Maria Carolina de Jesus¹¹

A fala da escritora Maria Carolina de Jesus traz a tona muitas das questões levantadas durante a análise do coletivo. Ela mostra o poder da escrita e do registro para alguém que sempre é colocado a margem do debate. Trazendo para os dias de hoje, mostra a importância da comunicação do “Nós, mulheres da periferia” e das informações que são apresentadas no espaço virtual pelas mulheres do grupo. Hoje elas têm o poder de mostrar a sua própria realidade, de gravar suas próprias

histórias e de contar a de tantas outras; iguais ou diferentes delas.

O contexto em que o coletivo “Nós, mulheres da periferia” foi criado teve suas estratégias de comunicação determinadas pelo ciberespaço, pois ele pode potencializar as vozes da periferia se usado de forma combativa e política ele se torna um aliado, principalmente para alcançar as vozes mais jovens, assíduas usuárias das redes. Por outro lado, ainda que a internet esteja presente em muitos domicílios na periferia, ela não atinge todos os públicos. Algumas mulheres, mais velhas ou não-alfabetizadas, podem encontrar dificuldades na linguagem virtual, sendo assim, somente no contato com o mundo real o grupo consegue entrar em contato com elas.

O coletivo também tem um papel social e informativo ao levar informações sobre a periferia para o público que não mora nesse território. Dar visibilidade para as causas das mulheres periféricas e apresentar o território periférico com o olhar de quem o habita e entende de suas problemáticas é extremamente necessário para quebrar estereótipos impostos pela mídia hegemônica.

O movimento feminista, tanto na teoria quanto na prática, tenta agregar as interseções de raça e classe em suas pautas. O coletivo “Nós, mulheres da periferia” traz essas questões de maneira atual e inteligente, ao unir comunicação e resistência no ambiente virtual e em espaços públicos periféricos. Com os canais virtuais que possuem conseguem verbalizar suas questões para serem discutidas “internamente”, entre as próprias mulheres periféricas e também conseguem levar informações relevantes para quem não vive essa realidade.

¹¹ Essa frase é citada no site do “Nós, mulheres da periferia” e no documentário “Nós, Carolinas”. Porém, as integrantes do coletivo não conseguiram me dizer onde ela foi dita ou escrita. Há indícios de que foi uma fala da Maria Carolina durante uma entrevista.

Não devemos acreditar na história única imposta às mulheres periféricas. Elas existem e resistem, a diversidade de periferias e de mulheres é imensa, são muitas histórias e inúmeras identidades. ■

[MARINA MARTINS CIPOLLA]

é Graduada em Relações Públicas pela Faculdade Cásper Líbero e pós-graduada em Mídia, Informação e CELACC – ECA/USP.
E-mail: marinamartinscipolla@gmail.com

Referências

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

CRENSHAL, Kimberlee. **Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero**. Ação Educativa. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. no dia 31 de maio de 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos feministas, v. 10, n. 1, p. 171, 2002.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Ciências sociais hoje, v. 2, p. 223-244, 1983.

HARAWAY, D. **Manifesto ciborgue**: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. in Tomaz Tadeu (org.), Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 34-118.

KUNZRU, Hari. **Você é um ciborgue**: um encontro com Donna Haraway. in Tomaz Tadeu (org.), Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.1732.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. **As organizações não-governamentais (ONGs) feministas brasileiras**. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, v. 7, 2006.

OTTO, Clarícia. PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. Estudos Feministas, v. 12, n. 2, p. 238, 2004.

PERUZZO, Cicilia. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. 3 ed. São Paulo: Vozes, 2004.

REGO, Walquiria G. Domingues Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. Editora Unesp, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. Editora Moderna, 1987.